



Mércia Kallume

Mestrinho (D), que deixará presidência da CMO, dirige reunião

Comissão aprova Orçamento com investimento de R\$ 20 bi

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem à tarde, com atraso de três meses, a votação do Orçamento da União para este ano. A proposta será ainda submetida ao exame do Plenário do Congresso Nacional. A CMO promoveu centenas de modificações no projeto original do governo, elevando os investimentos da União neste ano de R\$ 14,3 bilhões para R\$ 20 bilhões. **Página 5**

CPI dos Bingos aponta “manobra” de Okamoto, que deve depor terça

O presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, teria se negado a assinar intimação para comparecer à CPI na próxima terça-feira a fim de participar de acareação com o ex-assessor do PT Paulo de Tarso Venceslau. Em de-

poimento à comissão, Paulo de Tarso acusou Okamoto de praticar tráfico de influência em prefeituras comandadas pelo PT. Okamoto comunicou ontem à CPI que tomou conhecimento de sua convocação. **Página 4**

Adiadas regras para recursos genéticos

A 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica prevê para 2008 a aprovação de regras para recursos genéticos. **Página 6**

Justiça gratuita no âmbito do Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores aprovou acordo sobre Justiça e assistência jurídica gratuitas nos países-membros do Mercosul. **Página 8**

Contra a bebida, pela doação de sangue

Evangélicos pediram ajuda a Renan Calheiros para proibir a publicidade de bebidas. Renan apoiou campanha de doação de sangue. **Página 7**



Geraldo Magela

Jovens evangélicos de todo o Brasil entregam manifesto ao presidente do Senado

PT exclui mensalão. Oposição inclui Lula

Enquanto a bancada petista rejeita o conceito de compra de votos, oposição apóia relatório de Osmar Serraglio, mas quer responsabilizar Lula



Roosevelt Pinheiro

Osmar Serraglio: “Fiz o relatório com a informação que tive, com o que soube”

O dia seguinte à apresentação do relatório do deputado Osmar Serraglio na CPI dos Correios foi marcado por posições divergentes da oposição e da base do governo. O presidente da CPI, Delcídio Amaral, informou que parlamentares governistas devem apresentar votos em separado para modificações referentes a indiciamentos, a alguns pontos sobre fundos de pensão e à existência do mensalão. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio, apóia o relatório, mas quer esclarecer o comportamento do presidente Lula diante do mensalão. O líder do PFL, José Agripino, teme que os governistas derrubem o relatório, que o presidente do Senado, Renan Calheiros, considera “conclusivo”. **Páginas 3 e 4**

Relatório final da CPI dos Correios registra "investimentos de alto risco, especialmente aplicações em bancos de segunda linha, sem justificativas pertinentes"

Legislação facilita influência política nos fundos de pensão

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, constatou que as falhas administrativas verificadas nesses fundos, que lidam com recursos financeiros de milhares de associados, podem ser atribuídas à própria legislação. As leis que regulamentam essas instituições permitem que a rotatividade dos dirigentes seja determinada, no mínimo, a cada mudança de governo.

A conclusão da sub-relatoria está incluída no relatório final da CPI, apresentado na quarta-feira pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). De acordo com o documento, a legislação atribui aos conselhos fiscais a responsabilidade pela fiscalização interna, sem contudo exigir uma qualificação profissional mínima para seus membros. "A norma que rege os conselhos estabelece



Osmar Serraglio discute o relatório da CPI com Demostenes Torres e Nelson Meurer

que, dos quatro conselheiros, dois são apontados pela patrocinadora, conferindo subordinação política do conselho", observa o relatório.

Com base nas investigações relatadas no documento, a sub-relatoria registrou ainda "a realização de investimentos de alto

risco, especialmente aplicações em bancos de segunda linha, sem justificativas pertinentes". Também foi observado o registro de rentabilidade negativa com queda do valor dos recursos garantidores das reservas técnicas, em virtude do mau gerenciamento dos investimentos.

Relatório pede indiciamento de Sílvio Pereira

No relatório final da CPI dos Correios, o deputado Osmar Serraglio pede o indiciamento do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira por ter concluído que o ex-dirigente petista beneficiou a empresa GDK Engenharia em contrato com a Petrobras. Serraglio lembra que Sílvio Pereira chegou a receber de presente um automóvel de luxo – uma Land Rover no valor de R\$ 73,5 mil – do dono da GDK, César Oliveira.

Segundo o relator, houve "indiscutível favorecimento" da

GDK, contratada para prestar serviços a uma subsidiária da Petrobras sediada na Holanda, com o objetivo de "fugir ao rigor das regras licitatórias" brasileiras.

– Lembre-se, por oportuno, que o então alto dirigente petista foi responsável pela indicação de cargos estratégicos na estatal, sobre a qual exercia forte influência, e, por isso, tinha todas as condições, como efetivamente teve, de ajudar a empresa do senhor César Oliveira, de quem receberia luxuoso presente – disse Serraglio.

O relator pede não só o indi-

ciamento de Sílvio Pereira por tráfico de influência, mas também dos dirigentes da GDK e da Petrobras que participaram da assinatura do contrato de prestação de serviços, por crime de formação de quadrilha.

Ao depor na CPI dos Correios em julho de 2005, Sílvio Pereira afirmou que desconhecia qualquer esquema de corrupção no governo e que nunca havia ouvido falar em mensalão. Protegido por *habeas corpus*, ele negou ainda exercer tráfico de influência no governo Lula.

PT tem projeto de Estado totalitário para o Brasil, afirma Almeida Lima

"Assim como o Nazi [Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães], o PT não formulou um projeto de governo para um mandato de quatro anos: o objetivo foi um projeto de poder para transformar o Brasil em um Estado totalitário, fascista, intolerante e antidemocrático." A opinião foi emitida pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE) da tribuna do Plenário. Ele acrescentou que o presidente Lula é o comandante desse processo.

Na avaliação do parlamentar, o presidente, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoíno enganaram segmentos da Igreja Católica, intelectuais, trabalhadores, ar-



Segundo Almeida Lima, o presidente Lula seria o comandante desse processo

tistas e até mesmo políticos que votaram no partido imaginando que estavam construindo uma sociedade igualitária e democrática. Almeida Lima destacou que, mesmo com os escândalos ocorridos no governo, o suposto projeto fascista continua em curso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário discute conclusões da CPI dos Correios

A sessão de hoje, prevista para as 9h, se destina a pronunciamentos e debates de senadores, sem a votação de propostas. O tema principal dos discursos deve continuar sendo as conclusões da CPI dos Correios, às quais diversos parlamentares têm pontos contrários. Muitos senadores já declararam no Plenário o descontentamento com os pedidos de indiciamento e as citações no relatório. Outros manifestaram concordância com o texto.

TV Senado homenageia vida e obra de Pablo Picasso

A vida e a obra do artista espanhol Pablo Picasso serão exploradas no especial *Dias de Picasso*, que a TV Senado começa a exibir neste fim de semana. Picasso, ícone do cubismo, é considerado um dos artistas mais famosos e mais versáteis do século 20. O programa vai ao ar nas próximas três semanas, sempre às sextas, às 22h30. A atração tem reprises nos sábados, às 16h e às 21h30, e nos domingos, às 15h30 e às 22h.

Voto secreto no Congresso

Na segunda-feira, às 12h, o programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, discute o voto secreto no Congresso, como as propostas de tornar abertos os votos dos parlamentares em pedidos de cassação.

TV digital

O Conselho de Comunicação Social se reúne na segunda-feira, às 10h30, para promover audiência pública sobre TV digital. Entre os convidados está o engenheiro Fernando Mattoso Bittencourt Filho.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, Paulo Octávio e Mão Santa e pela senadora Heloísa Helena

Presidente da CPI dos Correios diz que votos em separado objetivarão desconectar saques nas contas de Valério de uma possível “compra de consciências”



Virgílio dá apoio ao texto de Serraglio, mas com mudanças na citação de Lula

PSDB apóia, mas quer modificar o “capítulo Lula”

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que está orientando a bancada de seu partido a apoiar o relatório final da CPI dos Correios. O parlamentar sugere, no entanto, que seja aprimorada, por destaques, a redação do ponto que trata do presidente Lula e do mensalão.

– Não fica bem para um homem ladino como o Lula aparecer para a opinião pública como um governante que não sabe nada do que está acontecendo à sua volta.

Arthur Virgílio afirmou estar preocupado com a votação do documento, “uma vez que há a possibilidade de a base do governo apresentar um relatório paralelo – o que diluiria o peso das conclusões da CPI – ou muitos destaques para a retirada de nomes, o que igualmente dificultaria ou mesmo impediria a punição de pessoas que cometeram delitos”.

O líder do PSDB disse ainda lamentar o fato de o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, ter procurado evitar o recebimento da intimação das mãos de um oficial de Justiça. Noticiou-se que, depois de entregar a intimação à secretária de Okamoto (que disse que ele não estava), o oficial acabou voltando por acaso ao gabinete do presidente do Sebrae e o encontrou. Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) apresentou cópias de bilhetes aéreos, para mostrar que Okamoto embarcava em viagem quando o oficial o procurou. A explicação não foi aceita por senadores da oposição.

Virgílio disse lamentar estar tratando dessa questão no mesmo discurso em que registrava o agradecimento que lhe fez o embaixador do Japão, Takahiko Horimura, pela iniciativa de solicitar ao Senado voto de consternação e solidariedade ao povo japonês, por ocasião do 60º aniversário da tragédia de Hiroshima e Nagasaki.

Delcídio anuncia votos em separado ao relatório da CPI

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), informou que os parlamentares da base governista devem apresentar votos em separado ao relatório final elaborado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) para modificações em relação aos indiciamentos, a alguns pontos sobre fundos de pensão e à existência do mensalão.

– A idéia é desconectar os saques (nas contas de Marcos Valério) das votações. O dinheiro pode ter sido usado para outras coisas, mas não houve caracterização de compra de consciências – disse.

Delcídio afirmou que não há como provar a utilização do dinheiro sacado para induzir deputados a votarem com o governo. Em sua opinião, houve formação de caixa dois e outros saques que precisam ser investigados pelo Ministério Público.

Já o relator da CPI, Osmar Serraglio, explicou que não há como contar ao certo o número de indiciamentos sugeridos, porque há



Delcídio afirma que base aliada não crê na tese do mensalão

alguns genéricos, como o pedido de “responsabilização dos diretores da GDK”, a empresa que deu um Land Rover ao ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira.

– Não sabemos quem era na época. Isso deve ser investigado – declarou.

Serraglio também negou ter sofrido pressões, que tenha sido “condescendente” com o presidente Lula ou que o tenha citado por algum motivo de “disputa eleitoral”.

– Fiz o relatório com a informação que tive, com o que eu soube. Lula foi informado e pediu ao ministro Aldo Rebelo [atual presidente da Câmara, na época,

ministro da Articulação Política] para investigar – explicou.

O sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), adiantou que o PFL tem poucas demandas de natureza política, mas algumas técnicas.

– Temos disposição para o diálogo, nem impondo obrigações, nem criando vetos – observou.

O deputado disse que a manutenção da conceituação do mensalão é “sagrada” para o PFL e que não se exclui a possibilidade de colocar ou tirar algum pedido de indiciamento, “desde que tenha a justificativa técnica”. Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o PSDB vai apresentar voto em separado para pedir a responsabilização de Lula, pois, em sua opinião, o “Planalto foi a matriz dessa relação promíscua” – o mensalão. Ele vai solicitar também o indiciamento do responsável na Caixa Econômica Federal pela aquisição da carteira de crédito consignada do Banco BMG.

Bancada do PT rejeita tese de mensalão no texto final

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do PT e integrante da CPI dos Correios, afirmou que, entre os pontos do relatório final da comissão que os governistas irão questionar, está o conceito de compra de votos de parlamentares, ou mensalão.

– Houve caixa dois, mas a idéia de um poder comprando o outro, criada pela oposição, não existe – argumentou.

O documento foi lido na quarta-feira pelo relator, deputado Osmar Serraglio. Nele, o parlamentar reconhece a existência do mensalão e o define como “o recebimento de recursos para cooptar um voto parlamentar, para trocar de legenda partidária, para vencer uma eleição a qualquer custo, ou, simplesmente, para satisfazer interesses pessoais”.

Para Ideli, a base governista está trabalhando na elaboração de votos em separado.

– Concordamos com grande

parte do relatório, mas há situações que são jurídica e politicamente insustentáveis, como a questão dos indiciamentos. Existem propostas diferenciadas, dependendo de quem se busca atingir – explicou a senadora, referindo-se, por exemplo, às sugestões de indiciamento dos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken, por corrupção ativa. A líder frisou que não há provas contra os dois.

Quanto à possibilidade de a oposição insistir em solicitar o indiciamento do presidente da República – no texto, Serraglio diz que Lula foi informado sobre o esquema de corrupção, mas que não há garantias de que ele não tenha tomado providências – Ideli foi enfática.

– Aí, vai ser guerra. Não tem negociação.

A mesma postura será adotada, segundo ela, se for colocada em discussão a citação do filho de Lula, Fábio Luiz. Esse ponto



Heloísa contesta relatório e anuncia que vai pedir outra comissão parlamentar

Heloísa: “Lula é inteligente e sabia de tudo”

Heloísa Helena (PSOL-AL) contestou o relatório final da CPI dos Correios em relação ao tratamento dado ao presidente Lula. A senadora afirmou que, embora coerente e tecnicamente adequado às exigências regimentais de uma CPI, o documento não relacionou Lula na lista com mais de cem pessoas que podem ser indiciadas pelo Ministério Público.

Heloísa se disse ainda indignada com documento encaminhado aos gabinetes dos parlamentares pelo presidente do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, denominado Fatos e Verdades da CPI dos Correios, em que justifica o procedimento do presidente ante a suposta corrupção no seu governo.

– O documento foi enviado com o timbre do Núcleo de Assuntos Estratégicos. Foi impresso possivelmente com dinheiro público, para justificar a isenção do presidente pela CPI – protestou.

A senadora protestou contra o fato de o relatório não isentar um integrante do governo como o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, por este ter tido conhecimento do que se passava, mas isentar Lula por considerar que o presidente não se omitiu ao tomar conhecimento das denúncias de corrupção no seu governo, ao pedir que fossem investigadas.

– Ora, Lula não é burro como pensam alguns ou assim querem fazer crer. Ele é inteligente e sabia de tudo. O argumento serve para Zé Dirceu, mas não para o presidente? – questionou.

Heloísa Helena anunciou que está colhendo assinaturas para requerer à Mesa a instalação de nova CPI, que teria a responsabilidade de apurar e divulgar nomes de beneficiados por propinas no esquema chamado mensalão.



Ideli: “Houve caixa dois, mas a idéia de um poder comprando o outro não existe”

teria sido retirado do documento por decisão de Serraglio, ao considerar que a CPI não havia investigado o assunto em profundidade.

O relatório final da CPI dos Correios será discutido e votado na próxima terça-feira. O prazo para o encerramento dos trabalhos é o dia 10 de abril. Ideli assegurou que, no que depender do PT, não há risco de a comissão fechar as portas sem a votação do documento final.

– Já estamos desgastados demais e não carregaremos nas costas mais essa responsabilidade – disse a senadora.

Renan considera “conclusivo” o relatório de Osmar Serraglio

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que considera “conclusivo” o relatório apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) na CPI dos Correios. Renan lembrou que colaborou em tudo o que pôde para viabilizar as investigações e espera que elas tenham continuidade.

– Esse relatório é, sem dúvida, um relatório conclusivo, que apresenta subsídios para que a investigação continue no Ministério Público, na polícia e, se for necessário, na Justiça. Não vejo como não parabenizar o relator e o presidente da CPI. Eu acho que algumas imprecisões, se porventura entenderem dessa forma, podem ser corrigidas ao longo das discussões – afirmou.

Renan disse também que não tem notícia da possível apresentação de um relatório paralelo pelo PT, mas manifestou preocupação com a imagem do Congresso Nacional, caso isso aconteça. Ele ressaltou que a sociedade está



Renan espera que o Ministério Público dê continuidade às investigações da CPI

acompanhando o desenrolar dos trabalhos das CPIs, acrescentando que um dos resultados que eles podem ter é restaurar a confiança da população no Parlamento.

– E, para restaurar a confiança da população no Congresso Nacional, é preciso investigar e oferecer subsídios para que esta investigação continue. Temo que haja a repetição do que aconteceu com a CPI do Banestado. Qualquer imprecisão, seja em qual direção for, pode ser corrigida – assinalou Renan Calheiros.

Para Agripino, documento é “corajoso, realista e patriótico”

O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou temer que eventual apresentação de relatório paralelo por aliados do governo inviabilize a aprovação do documento do deputado Osmar Serraglio na CPI dos Correios. O senador disse estranhar a “sofreguidão” com que governistas adotam atitude de confronto com um relatório “corajoso, realista e patriótico”, produzido por um parlamentar cujo partido apóia o governo”.

– O governo Lula é, hoje, marcado pelo medo. Minha proposta é fechar com o relatório Serraglio para não comprometermos um anseio da nação – destacou.

Agripino previu “uma batalha” para a próxima terça-feira, quando está prevista a votação do relatório final na CPI dos Correios. O pefelista advertiu que, se a Justiça não considerar os cem indiciamentos propostos por Serraglio e não condenar os culpados, o papel investigativo do Congresso não terá surtido efeito, prevalecendo a impunidade.

Após observar que praticamente todos os protagonistas do documentário *Entreatos*, que retrata a campanha de Lula à Presidência da República em 2002, são incriminados no relatório final da comissão de inquérito, Agripino disse sentir falta apenas do pedido de indiciamento do



Agripino diz lamentar que “homem da cueca” não tenha sido indiciado

“homem da cueca”. Ele se referia a Adalberto Vieira da Silva – assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães, irmão do ex-presidente do PT José Genoíno –, preso em São Paulo com milhares de dólares e reais na cueca.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que um novo relatório significaria *pizza* e impunidade para todo mundo. Já Heráclito Fortes (PFL-PI) disse acreditar que ainda há muito dinheiro do caixa dois atribuído à campanha petista entocado em algum lugar. Garibaldi Alves (PMDB-RN) criticou a absolvição do deputado José Nobre pela Assembleia Legislativa do Ceará, enquanto o senador Sibá Machado (PT-AC) previu animosidade entre governistas e oposicionistas na votação do relatório final da CPI dos Correios.

Diante da dificuldade para intimar o presidente do Sebrae, comissão havia decidido pedir providências ao STF, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal

CPI deve fazer na terça acareação entre Okamoto e Paulo de Tarso

A CPI dos Bingos deve promover na terça-feira acareação entre Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e o ex-assessor do PT Paulo de Tarso Venceslau, informou o presidente da comissão, senador Efraim Moraes (PFL-PB). Em depoimento à CPI, o ex-petista acusou Okamoto, entre outras coisas, de prática de tráfico de influência em prefeituras comandadas pelo partido.

No início da tarde de ontem, a secretaria da CPI recebeu comunicado assinado por Okamoto, informando que ele tinha “tomado conhecimento” do ofício de número 185/06, datado de 28 de março, “estando ciente de seu teor e da convocação”.

A acareação entre os dois estava prevista para a última terça-feira, mas foi suspensa por decisão do ministro do STF Eros Grau, em mandado de segurança impetrado por Okamoto, alegando que, no texto do requerimento da CPI, foi utilizada a expressão “prestar depoimento” no lugar de “acareação”. Eros Grau qualificou a troca dos termos como desvio de finalidade, uma vez que havia sido aprovada pela acareação, e não o depoimento, razão pela qual decidiu conceder a liminar impedindo a



Senadores da oposição consideram um desrespeito à CPI a atitude do chefe do Sebrae

acareação.

Resistência

Como Okamoto se negara a assinar intimação para comparecer na próxima terça-feira, a CPI havia decidido pedir providências ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal. A “fuga” de Okamoto, no entender das oposições, seria um desrespeito não somente aos membros da comissão, mas também ao próprio STF.

Efraim Moraes disse que o escrivão da Polícia Federal que está à disposição da comissão, José Bráulio Rodrigues, compareceu ao Sebrae, em Brasília, no último dia 29, para entregar a intimação a Okamoto, mas a secretária informou que seu che-

fe “estava viajando”. O escrivão, então, dirigiu-se à saída, mas, subitamente, lembrou-se de que esquecera de colher a assinatura da secretária, atestando a ausência. Ao retornar, o escrivão teria visto o presidente da entidade entrando em seu gabinete.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tião Viana (PT-AC) condenaram a atitude do dirigente do Sebrae.

A CPI adiou para terça-feira a votação do requerimento de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) convocando o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso. Ele deverá explicar quem deu a ordem para a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Alvaro cobra nomes de quem teve acesso a sigilo de Nildo

Em entrevista à imprensa, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que apresentou requerimento de informações para que a Receita Federal encaminhe à CPI dos Bingos a relação com os nomes das pessoas que teriam tido acesso à quebra de sigilo fiscal do caseiro Francenildo Santos Costa. A proposição deve ser votada pela CPI na terça-feira.

Alvaro classificou como “essencial” para a conclusão dos trabalhos da CPI a acareação entre o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e o ex-assessor do PT Paulo de Tarso Venceslau.

O senador também defendeu alterações no relatório final da CPI dos Correios, elaborado pelo deputado Osmar Serraglio. “Nós queremos um relatório que seja o espelho da realidade que descobrimos. Não há como isentar o presidente da República como autoridade e como responsável maior pela instalação de um esquema de corrupção em seu governo”, frisou.

Antero quer acesso a dados do Coaf sobre empréstimo

Reunida ontem, a CPI dos Bingos aprovou requerimento para a quebra do sigilo de relatório elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Segundo o documento, haveria indícios de que o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, teria utilizado recursos do PT para saldar empréstimos do presidente Lula, quando ainda era pré-candidato. A proposição é de Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Outro requerimento aprovado solicita a convocação do empresário de jogos Luiz Antônio Drummond, para depor. A CPI acolheu ainda requerimento do relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), pedindo à Caixa Econômica Federal a relação dos ganhadores da Mega-Sena em todos os concursos a partir de 12 de maio de 1997, além dos comprovantes de aposta dos jogos realizados no mesmo período que tenham pago prêmios acima de R\$ 5 milhões.

Governo ainda tenta desacreditar caseiro, denuncia Efraim

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, Efraim Moraes (PFL-PB), afirmou que o Congresso não permitirá que o governo tente manchar a imagem do caseiro Francenildo Santos Costa. De acordo com o senador, estaria correndo a notícia de que o governo tenta comprovar que o caseiro teria procurado extorquir Ademirson Ariovaldo da Silva, que assessorou o ex-ministro Antonio Palocci.

Efraim lembrou que, no primeiro relatório parcial aprovado pela CPI dos Bingos, foi pedido o indiciamento de Ademirson por quatro crimes, entre os quais formação de quadrilha e corrupção passiva. “É esse cidadão que querem colocar como escudo para proteger o governo”, apontou.

Em aparte, o relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves (PMDB-RN), disse que, desde a aprovação do relatório parcial, a situação de Ademirson piorou. Heráclito Fortes (PFL-PI) relatou ter recebido informações segundo as quais Ademirson estaria afastado de seu cargo no Ministério da Fazenda, mas ainda receberia salário.

Efraim Moraes ainda defendeu Francenildo, dizendo que ele é um homem sério, honesto, trabalhador e corajoso. Sibá Machado (PT-AC), em aparte, disse desconfiar de algumas partes do depoimento do caseiro. Heloísa Helena (PSOL-AL) declarou que é preciso ter má-vontade para desconfiar do depoimento.

Heloísa Helena lamenta morte de militante do PSOL

Ao discursar em Plenário ontem, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) lamentou o falecimento do paraibano Adriano de Sousa Batista. Fundador do PSOL da Paraíba, Adriano era funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e faleceu na quarta-feira em acidente de automóvel.

Heloísa Helena informou ainda que Adriano era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos da Paraíba. A senadora apresentou requerimento pedindo voto de pesar e condolências à família do militante do PSOL. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apoiou o pronunciamento da colega e também lamentou a morte de Adriano Batista.

Comissão mista consegue terminar exame da proposta que eleva receitas para ampliar os investimentos federais e pagar o aumento do salário mínimo

Plenário do Congresso já pode votar o Orçamento deste ano

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) terminou ontem à tarde, com três meses de atraso, a votação do Orçamento da União para este ano. Nos próximos dias, a proposta será submetida ao Plenário do Congresso – último passo em sua tramitação. A Comissão de Orçamento fez centenas de modificações no projeto original do governo, elevando os investimentos da União neste ano de R\$ 14,3 bilhões para quase R\$ 20 bilhões.

Os deputados e senadores taparam na Comissão de Orçamento “buracos” do projeto enviado pelo Executivo que ultrapassavam R\$ 10 bilhões. Recorrendo a reestimativas da arrecadação prevista pelo governo para este ano, a comissão teve de destinar R\$ 5,7 bilhões para que o salário mínimo aumente amanhã de R\$ 300 para R\$ 350. Também teve de direcionar R\$ 5,1 bilhões para corrigir salários dos funcionários federais de categorias básicas, permitindo que todos eles tenham, no mínimo, reajuste de 29%.

Ressarcimento

O maior problema foi a destinação de verbas para a chamada Lei Kandir, que prevê ressarcimentos federais aos estados que concedem isenção de impostos nas exportações. No ano passado, os estados receberam R\$ 5,2 bilhões, mas desta vez o governo não destinou qualquer recurso, o que colocou governadores em pé de guerra com o governo federal.

Gilmar Machado é indicado para presidir a comissão

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou para terça-feira à tarde eleição destinada a escolher a nova mesa do colegiado. O PT indicou o deputado Gilmar Machado (MG) para ocupar a presidência, no lugar de Mestrinho, enquanto os outros cargos vêm sendo negociados entre os líderes partidários.

Nos últimos dias, Mestrinho ameaçou renunciar se governistas e oposicionistas não fizessem acordo para votação do Orçamento deste ano. Na noite de quarta-feira, ele chegou a deixar a presidência e só retornou depois de apelo de deputados e senadores. O senador voltou sob o compromisso dos líderes partidários de que votariam o Orçamento e fez um discurso advertindo que os atrasos prejudicam “não só o governo federal, mas todo o país”. Ele criticou ainda “acordos não cumpridos” na comissão.



Merss (E), Mozarildo (em pé) e Mestrinho: comissão fecha proposta com dificuldade

O assunto só foi resolvido no final da noite de quarta-feira, quando os representantes dos governadores de estados exportadores não conseguiram modificar o relatório final do Orçamento, apresentado pelo deputado Carlito Merss (PT-SC). Assim, o apoio aos exportadores contará no Orçamento deste ano com R\$ 3,4 bilhões, mas só a metade para ressarcimento conforme a Lei Kandir. A decisão de não colocar inicialmente verbas para a Lei Kandir foi uma manobra da equipe econômica, para pressionar os governadores a aceitarem uma regulamentação do fundo de ressarcimento dessa lei.

Ontem, a comissão se limitou a votar 2.730 destaques apresentados pelos parlamentares ao relatório geral, numa tentativa de aprovar emendas rejeitadas por

Carlito Merss. Poucos destaques foram aprovados, um deles destinando recursos que sustentem um aumento de 15% para os servidores do Tribunal de Contas da União.

Acréscimos

O projeto que chega ao Plenário do Congresso apresenta um acréscimo de R\$ 15,6 bilhões nas receitas projetadas inicialmente pelo Executivo, a maior parte direcionada a investimentos.

No final, o Orçamento contém uma previsão de receitas da União neste ano de R\$ 455,6 bilhões e despesas de R\$ 406,9 bilhões. Nessas despesas estão os repasses obrigatórios para estados e municípios (R\$ 90,2 bilhões), pagamentos de benefícios do INSS (R\$ 162,7 bilhões) e gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 104,2 bilhões).

Sibá prepara relatório de revisão do Plano Plurianual

O senador Sibá Machado (PT-AC) informou que deverá apresentar à Comissão Mista de Orçamento, na próxima terça-feira, seu relatório de revisão do Plano Plurianual (PPA). A previsão é de que a matéria seja votada, junto com o Orçamento de 2006, em sessão do Congresso Nacional marcada para a próxima quinta-feira.

Sibá também saudou a Missão Centenário, que levou o tenente-coronel da Força Aérea Brasileira (FAB) Marcos César Pontes a bordo da nave russa Soyuz TMA-8 para uma estada de oito dias na Estação Espacial Internacional.

A expansão da Universidade Federal do Acre, denominada Universidade da Floresta, foi outra medida comemorada pelo petista. Ontem, os cursos de Enfermagem, Engenharia Florestal e Biologia tiveram sua aula inaugural.

Senado lembra os 80 anos do poeta Thiago de Mello

Os 80 anos do poeta amazonense Thiago de Mello foram lembrados no Plenário do Senado. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), iniciou, da tribuna, a homenagem. Heloísa Helena (PSOL-AL) leu, com a voz embargada, um dos poemas mais famosos de Thiago de Mello: *Os estatutos do homem (ato institucional permanente)*. Escrito no Chile, em 1964, é dedicado ao jornalista Carlos Heitor Cony.

Heráclito Fortes (PFL-PI) imaginou o poeta, em seu refúgio voluntário na Amazônia, vendo “o Brasil do governo estrelado”, em que ele e tantas outras pessoas depositaram esperança, defender “banqueiros e perseguir caseiros”. O senador indagou sobre como o poeta que esteve exilado no Chile à época da ditadura militar conseguirá compreender que este governo “oculta cadáveres” de seus companheiros.

– Ele [Thiago] vê o partido paladino da moralidade, ao final de uma CPI, não aponta culpados e defender o direito de inocentar seus réus – disse Heráclito, indagando sobre o que os falecidos Betinho e Henfil, fundadores do partido, estariam pensando ao vê-lo “tropeçar no lamaçal”.

Para o parlamentar, “o PT morreu” em agosto de 2002, em jantar em São Paulo com banqueiros internacionais, ao assegurar suas intenções de honrar os compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional. O PT “também morreu”, na visão do parlamentar, ao prometer combater as injustiças sociais e fazer uma compra milionária do avião presidencial.

Heráclito finalizou dizendo que *Os estatutos do homem* deve servir de alerta para os membros do PT que ainda acreditam ser possível colocar em prática tudo aquilo que o partido pregou.

Nascido em 30 de março de 1926, Amadeu Thiago de Mello foi adido cultural no Chile durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964).



Heráclito: “Brasil estrelado” defende banqueiros e persegue caseiro



Roosevelt Pinheiro

Pesquisa que mostra preocupação de crianças com emprego foi citada por Pavan

Pavan quer incentivos para os jovens brasileiros

Ao comemorar o fato de a estudante catarinense da cidade de Concórdia Karla Isabella Klaus, de 10 anos, ter-se classificado entre as três melhores do Brasil em um concurso de redação que reuniu 21 mil alunos, Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu investimentos para os jovens do país. Baseado em dados do Datafolha, ele disse lamentar que o governo Lula não tenha sido capaz de garantir oportunidades para as crianças.

– Na pesquisa, 74% disseram ter medo de, no futuro, não conseguir trabalho. Para uma criança, imaginar-se sem ocupação depois de terminada a escola representa uma brutal taxa de ansiedade.

Paulo Octávio elogia gestão de Roriz no governo do DF

Paulo Octávio (PFL-DF) exaltou ontem em Plenário a administração do governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, que deixa o cargo neste mês para candidatar-se nas próximas eleições. O parlamentar citou realizações de Roriz e destacou que ele está em seu quarto mandato, tendo sido nomeado para o cargo uma vez e eleito pelo voto direto em três ocasiões.

O senador ressaltou que o governador do DF conseguiu remover pacificamente 600 mil pessoas que viviam em favelas localizadas ao redor de Brasília, construindo cidades com boa estrutura para realocá-las.



Roosevelt Pinheiro

Paulo Octávio destaca realizações do governador, como a remoção de favelas

Governo esperava mais da conferência da biodiversidade, que termina hoje em Curitiba, mas acredita que houve avanço nos acordos para frear a biopirataria

Definição de regra para acesso a recursos genéticos fica para 2008

O governo brasileiro esperava mais da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), que se encerra hoje em Curitiba, após duas semanas de trabalho. Mas acredita que foi obtido progresso no sentido de prever para daqui a dois anos a aprovação de um regime internacional de acesso a recursos genéticos, segundo a avaliação do secretário nacional de Biodiversidade, João Paulo Capobianco.

Na reta final das negociações, já estariam claras duas conclusões de interesse dos países que

detêm grande diversidade biológica, como o Brasil. Será aceito como documento principal de negociações o texto elaborado por um grupo técnico reunido em Granada, na Espanha. E haverá um esforço conjunto para que o regime seja aprovado durante a COP 9, na Alemanha.

Até hoje, observa Capobianco, o terceiro objetivo da convenção – a distribuição “justa e equitativa” dos benefícios pelo uso da biodiversidade – ainda não foi colocado em prática devido a pressões dos países desenvolvidos. Os dois outros objetivos

são a preservação das espécies e o uso sustentável da diversidade biológica. O novo regime, explica, será o mecanismo para efetivar metas de distribuição justa dos benefícios pelo uso da biodiversidade.

O regime prevê a criação de um certificado internacionalmente aceito de procedência e origem legal das espécies utilizadas, por exemplo, na pesquisa destinada à criação de um novo medicamento.

– Essa medida será essencial para frear a biopirataria – afirma João Paulo Capobianco.



J. Freitas

Marina Silva cria grupo para propor alternativas de preservação do Pampa, bioma menos protegido por unidade de conservação

Pampa brasileiro terá programa de conservação

A preservação do Pampa, bioma brasileiro menos protegido por unidades de conservação, será o tema de um grupo de trabalho criado ontem pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na véspera do encerramento da conferência sobre diversidade biológica, realizada em Curitiba. A intenção do governo, anunciou ela, é garantir a conservação de todos os biomas nacionais.

Juntamente com a criação do grupo, será feito um mapeamento das áreas com cobertura vegetal nativa, além da revisão das áreas consideradas prioritárias para a conservação do Pampa.

Maciel cobra mais investimentos para ciência e tecnologia no país

Ao comentar a conferência sobre biodiversidade, realizada em Curitiba, Marco Maciel (PFL-PE) pediu maior atenção para as áreas de educação e de ciência e tecnologia, “que parecem não ser prioridade para o atual governo”. Maciel também apontou a defasagem do país em relação a investimentos no setor, alerta compartilhado com o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ennio Candotti.

De acordo com o senador, Candotti teria assinalado a “falta de ciência” na conferência.

Ainda na ocasião, Maciel anunciou que o governador de

Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), vai transmitir o cargo ao vice, Mendonça Filho (PFL), para concorrer a uma vaga ao Senado nas eleições de 2006.



Roosevelt Pinheiro

Na opinião de Maciel, o setor não vem recebendo atenção do governo federal



Roosevelt Pinheiro

Osmar pede ao governador que libere o porto de Paranaguá para escoar o produto

Osmar pede fim de restrição a soja transgênica no PR

O líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), fez um apelo ontem em Plenário ao governador do Paraná, Roberto Requião, para que permita o escoamento da safra de soja transgênica pelo porto de Paranaguá.

O embarque de soja transgênica no porto está proibido desde outubro de 2003, depois que Requião sancionou lei proibindo o cultivo, manipulação, importação, exportação, industrialização, comercialização e financiamento rural de produtos geneticamente modificados.

Osmar observou que, com a aprovação da Lei de Biossegurança, concedendo aos produtores rurais o direito de plantar soja transgênica, as restrições impostas pela lei de Requião não poderiam mais estar em vigor.

– Se a Lei de Biossegurança foi aprovada no Congresso Nacional e nós estamos numa federação, deve servir para o Brasil inteiro – observou ele.

Flexa Ribeiro critica invasão e incêndio de fazenda pelo MST

A invasão, seguida de incêndio, de uma fazenda em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi criticada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A invasão ocorreu na fazenda Peruano.

– Foi um ato criminoso. Isso faz parte da cartilha do MST, que recomenda tomar para si propriedades produtivas – protestou.

Segundo Flexa Ribeiro, os membros do movimento inutilizaram cerca de 10 mil doses de sêmen de touro e 600 embriões congelados, além de destruir o laboratório da propriedade. Para o senador, “essas invasões visam combater o agronegócio”.

Flexa Ribeiro apontou o governo Lula como o principal responsável pelas invasões do MST.



Suplicy: “É preciso aproveitar o legado de Palocci para acelerar o crescimento”

Suplicy faz balanço positivo da gestão Palocci na Fazenda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou as principais realizações da gestão Antonio Palocci no Ministério da Fazenda. Comparando números de 2002 com indicativos atuais, Suplicy enfatizou o controle da inflação, o aumento das exportações e das reservas internacionais, a queda do risco-país, a redução da dívida

externa e da relação dívida/PIB, a melhoria no índice que mede a desigualdade de renda (Gini) e a criação de 2,7 milhões de empregos nos últimos dois anos.

Suplicy, contudo, lamentou que o crescimento econômico tenha ficado abaixo da média mundial. O senador revelou otimismo quanto ao trabalho do novo ministro, Guido Mantega, no sentido de acelerar a expansão econômica.

– A estabilidade monetária e a disciplina fiscal continuarão a ser objetivos fundamentais. Mas é preciso aproveitar o momento positivo por que passa a economia brasileira, o legado de Palocci, para imprimir maior velocidade ao crescimento econômico com equidade social – argumentou.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) cumprimentou Suplicy “pela coragem de vir defender um ex-companheiro” e salientou que não viu a mesma atitude em outros petistas, “inclusive mais prestigiados dentro do partido”.

Mão Santa lamenta queda na safra de grãos no Piauí

Citando dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a produção das principais culturas de grãos do Piauí – arroz, fava, feijão, milho, soja, algodão e mamona – está em queda. Ele apontou como causas da redução a política econômica (com altas taxas de juros e apreciação cambial), a falta de solução para o endividamento dos produtores e a inexistência de uma política agrícola real para o Nordeste.



Mão Santa culpa os juros altos e o endividamento dos agricultores

Mão Santa disse que a estimativa é que a produção de grãos dos principais produtos agrícolas do estado alcance 1,2 milhão de toneladas em 2006. Mas, ressaltou, isso representa redução de 21,37% em relação à previsão feita em janeiro deste ano.

a dedicação dos agentes e dos funcionários administrativos na solução de crimes.

– Apesar das dificuldades, eles realizam um trabalho difícil e perigoso com grau de qualidade comparável ao encontrado nas melhores organizações do gênero ao redor do mundo. A Polícia Federal é tão significativa que a história da segurança pública no Brasil pode ser dividida em “antes” e “depois” de sua criação.

O parlamentar lembrou que a PF foi criada em 1944, como Departamento Federal de Segurança Pública, atuando, na época, apenas no Rio de Janeiro, quando a cidade era a capital do país. Em 1964 a instituição recebeu atribuições para atuar em todo o território nacional e em 1967 teve o nome mudado para Departamento de Polícia Federal.



Romeu Tuma homenageia a Polícia Federal pelos seus 62 anos de criação

Tuma comemora aniversário da Polícia Federal

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou a Polícia Federal (PF), na última terça-feira, pelos 62 anos da instituição. Tuma, que foi diretor-geral do órgão entre 1983 e 1992, destacou

Presidente do Senado diz que a campanha da Igreja Adventista do Sétimo Dia terá grande significado na festa da Páscoa. Heloísa pede voto de aplauso à iniciativa



Sérgio Zambiasi, junto com o pastor Odailson Fonseca e o vereador Elias Vidal, apresenta a Renan o projeto Mais Vida

Renan apóia campanha de doação de sangue na Páscoa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou seu apoio à campanha lançada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia para estimular, em todo o país, 50 mil jovens a doar sangue durante a Páscoa. O Brasil gasta anualmente US\$ 300 milhões na importação de hemoderivados, adquiridos pelo Ministério da Saúde. Renan disse que a campanha terá grande significado na festa de celebração da ressurreição de Cristo.

A campanha “Ele deu tudo pra você doar um pouco” faz parte do projeto Mais Vida e foi apresentada a Renan pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), pelo vereador em Porto Alegre Elias Vidal (PPS), pelo pastor Odailson Fonseca e por outros religiosos da Igreja Adventista. No encontro, Renan disse que a doação de

sangue é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos serviços públicos de saúde e que precisa ser estimulada.

Durante o encontro, Zambiasi disse que 12 mil jovens já se cadastraram no *site* www.projetomaisvida.com.br, oferecendo-se para doar sangue durante a Páscoa. O senador afirmou que os próprios jovens da Igreja Adventista tiveram essa idéia, que vem ganhando dimensão desde o ano passado.

– Doar sangue é doar vida. E a Páscoa é um momento significativo para se transmitir essa cultura de solidariedade. Se conseguirmos implantar esse hábito, especialmente entre os jovens, com certeza os hemocentros do Brasil não vão mais precisar pedir socorro. Quanto mais doadores nós

conseguirmos nessas campanhas, mais gente vai ser atendida e mais vidas serão salvas – avaliou.

Zambiasi agradeceu o empenho do presidente do Senado em dar visibilidade a essa campanha, para que ela recrute o maior número possível de doadores.

O pastor Odailson Fonseca também agradeceu a boa vontade de Renan com essa iniciativa e fez uma oração antes de deixar o gabinete da Presidência do Senado. Odailson Fonseca definiu como um “gesto solidário revolucionário” a atitude do jovem que, a partir de agora, procurar um hemocentro para doar sangue. O pastor ressaltou ainda que, na semana que vem, a campanha terá um espaço de divulgação no Senado que dará maior visibilidade ao projeto Mais Vida.

Senado encaminhará voto de aplauso a igreja

O Plenário do Senado aprovou o envio de voto de louvor, requerido por Heloísa Helena (PSOL-AL), à Igreja Adventista do Sétimo Dia pela campanha que está desenvolvendo para incentivar a doação de sangue. O projeto Mais Vida foi idealizado no ano passado, quando a campanha cadastrou mais de 10 mil doadores. A meta deste ano é multiplicar esse número por dez. A Igreja Adventista está centrando a campanha principalmente nos jovens. As doações poderão ser feitas de 1º a 16 de abril, em todo o Brasil e nos países da América do Sul.

– Espero que muitos possam celebrar a Quaresma e a Páscoa doando sangue, o que poderá significar mais tempo de vida para várias pessoas – afirmou Heloísa, cuja iniciativa foi elogiada por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Jovens cristãos pedem lei contra bebidas alcoólicas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem um manifesto de jovens evangélicos de todo o Brasil, no qual solicitam a aprovação de uma lei que proíba a propaganda de bebidas alcoólicas, nos mesmos moldes da legislação voltada ao fumo. A proposta é patrocinada pelo Movimento Atos, que une jovens de várias entidades cristãs em defesa da paz, da verdade e da justiça.

Segundo um dos integrantes do grupo, Marcos Paulo Ferreira, o movimento já conseguiu reunir mais de 700 mil assinaturas em favor da proibição da propaganda de bebidas alcoólicas. Ele explicou que estudos médicos feitos pela Universidade de São Paulo (USP) comprovam que o álcool é o primeiro passo para que o adolescente entre no universo das drogas mais pesadas.



Roosevelt Pinheiro

Ana Júlia anuncia que processará todos os autores das calúnias contra ela

Ana Júlia diz que CPI a inocentou da acusação de propina

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou em Plenário ter sido inocentada pela CPI da Biopirataria, da Câmara, de todas as acusações de envolvimento com cobrança de propina de madeireiros do Pará, para uso em sua campanha à prefeitura de Belém, em 2004. Ela disse querer saber quem irá reparar o dano causado a sua imagem e punir os responsáveis.

Ana Júlia citou o relator da CPI, deputado Sarney Filho, para quem “ficou comprovado, por todos os cruzamentos”, que ela não teve nenhum envolvimento com irregularidades no programa Safra Legal.

Ela anunciou que processará os responsáveis pelas calúnias e que solicitará investigações aos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros. Desse último, a senadora quer saber se havia funcionários do órgão no Pará envolvidos em irregularidades no Safra Legal e o resultado dos inquéritos administrativos para esclarecer se há culpados ou se pessoas honestas estariam sendo atingidas em sua dignidade por “matérias jornalísticas irresponsáveis”.

Ana Júlia disse que o fato de seu ex-marido, Marcílio Monteiro, ser gerente do Ibama no Pará foi usado por um “criminoso condenado”, Mário Rubens Rodrigues, para acusá-la de cobrar propina de madeireiros para sua campanha. Frisou que não foi encontrado “nenhum centavo” depositado por madeireiras na conta de sua assessora, conforme havia sido denunciado.

– Estou de alma lavada – desabafou. Em aparte, Ideli Salvatti (PT-SC) pediu providências ao Senado para investigar a falsificação de informações e a quebra ilegal de sigilo. Magno Malta (PL-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestaram solidariedade a Ana Júlia Carepa.

Para Jefferson Péres, acordo acolhido na CRE, que inclui gratuidade de custas judiciais, é relevante para a integração política dos países que compõem o bloco comercial

Aprovada assistência jurídica gratuita a cidadãos do Mercosul

Projeto de decreto legislativo que ratifica o acordo sobre justiça e assistência jurídica gratuitas no âmbito dos quatro países-membros do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, e ainda Bolívia e Chile, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. O acordo, celebrado em 2000, na cidade de Florianópolis, será agora examinado pelo Plenário.

O relator da matéria (PDS 132/06), senador Jefferson Péres (PDT-AM), ressaltou que a adoção do acordo é relevante para a integração política dos países sul-americanos, além de consistir em instrumento de importante repercussão social.

A CRE aprovou, na mesma reunião, o texto do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Argentina que tem a finalidade de estabelecer mecanismo permanente de intercâmbio de informações sobre circulação e tráfico ilícito de armas, munições e explosivos, entre outros materiais similares. O projeto (PDS 131/06) sobre o acordo, firmado em Buenos Aires, em 2003, teve como relator o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Contencioso

A comissão aprovou ainda requerimentos de iniciativa do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), relatados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para apresentação de

voto de louvor aos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, pela vitória em contencioso comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações brasileiras de carne de frango para a União Européia.

Outro requerimento aprovado ontem pela comissão, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), e relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), solicita a inserção em ata de voto de aplauso pela vitória de Verônica Michelle Bachelet nas eleições presidenciais do Chile.



Roosevelt Pinheiro

Paim pede retirada de recurso para que projeto seja enviado à Câmara

Paim quer estímulo para emprego a maiores de 45 anos

O senador Paulo Paim (PT-RS) reclamou ontem, em discurso no Plenário, de recurso que impede que projeto de lei que estimula a contratação de trabalhadores com mais de 45 anos de idade, já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo, seja encaminhado para a apreciação da Câmara dos Deputados. De autoria do parlamentar, o projeto visa instituir o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete).

Paulo Paim manifestou a sua tristeza ao saber do recurso, dizendo não entender a iniciativa dos senadores (os quais preferiu não nomear), já que o projeto do Senado (PLS 126/05) recebeu aprovação conclusiva na CAS por unanimidade. Com isso, explicou o parlamentar, a proposta deveria ser encaminhada automaticamente para a apreciação do deputados. Ele argumentou que a apresentação do recurso para que a matéria seja antes apreciada pelo Plenário do Senado atrasará a aprovação da lei.

Subvenção

O senador explicou que o projeto apenas autoriza o Poder Executivo a desenvolver uma política de incentivo para a contratação de trabalhadores de mais de 45 anos de idade em situação de desemprego involuntário há mais de seis meses. De acordo com a iniciativa, o governo concederá subvenção econômica à geração de empregos destinados a tais trabalhadores.

Paim comunicou a apresentação de requerimento solicitando aos senadores que assinaram o recurso a concordância para retirá-lo, de modo que a matéria possa ser enviada diretamente à Câmara dos Deputados.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que, caso a proposta tenha mesmo de ser apreciada pelo Plenário do Senado, sua aprovação faria com que tivesse mais chances de ser aprovada também pela Câmara.



Célio Azevedo

Virgílio (D) substituirá requerimento por outro expressando apreensão com possíveis atos antidemocráticos do presidente venezuelano

Pedido de voto de censura a Chávez gera polêmica

Pedido para inserção na Ata do Senado de voto de censura a atos de restrição à liberdade de imprensa que estariam sendo praticados pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, causou polêmica durante a discussão, ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento (182/05) foi apresentado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que também solicitou que o voto de censura fosse levado ao conhecimento de Chávez.

O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ofereceu pa-

recer contrário à proposta sob a alegação de que o requerimento é inconstitucional. Suplicy argumentou que, de acordo com a Constituição, o Brasil, em suas relações diplomáticas, deve observar o princípio da não-ingrência e não interferir em assuntos internos de outros países.

– Seria temerário o Poder Legislativo brasileiro emitir juízo de valor acerca das decisões soberanas de uma democracia com a qual mantemos relações de vizinhança privilegiadas, em razão de acharmos certo ou errado o que lá legitimamente se legisla – disse o

senador em seu relatório.

Suplicy afirmou, no entanto, que as liberdades democráticas devem ser garantidas. E registrou que defende a integração da América do Sul e que deseja ver a Venezuela participando do Mercosul.

Por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), Virgílio apresentará outro requerimento, com texto mais “diplomático”, para registrar a preocupação brasileira quanto a possíveis atitudes antidemocráticas do presidente venezuelano, porém sem afetar as relações entre os dois países.